

# Ibama veta autorização de manejo

De acordo com o Ibama, a maior parte dos documentos de autorização estava sendo usada para forjar a origem da madeira

BRASÍLIA — O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cancelou, ou suspendeu temporariamente, cerca de 70% das autorizações de manejo na floresta amazônica (a exploração com corte seletivo), desde o início do ano. De acordo com o presidente do Ibama, Eduardo Martins, a maior parte desses documentos estava sendo usada para "esquentar a madeira", ou seja, forjar a origem do produto.

Madereiros que possuem o certificado do Ibama para o manejo florestal, numa determinada área, estavam desmatando a floresta em áreas vizinhas e levando a madeira para o local onde têm permissão do Ibama. Graças ao novo sensor que o Ibama adquiriu no mês passado, está sendo possível identificar os locais da floresta onde o

**70%**  
 das autorizações de manejo na floresta amazônica dadas pelo Ibama foram canceladas

problema ocorre.

"Já cancelamos e suspendemos 70% dos planos de manejo disponíveis, mas precisamos controlar ainda o fluxo de escoamento da madeira", disse

Martins. Segundo o presidente do Ibama, a maior parte do produto é escoada pelas estradas Belém - Brasília e BR 364 (Cuiabá - Porto Velho), ou pelo Peru. A fiscalização de equipamentos utilizados na floresta também está entre as prioridades do Ibama. "Identificamos tratores pesados que estão sendo usados por madeireiras, mas não são apropriados", disse Eduardo Martins. O Ibama admite que precisa simplificar o plano de manejo que é exigido na Amazônia.

**Asiáticos** - O presidente do Ibama observa que não deve haver discriminação apenas contra as madeireiras asiáticas. Os próprios brasileiros vêm devastando a floresta ao longo dos anos, segundo Martins. Há meses as Organizações Não Governamentais que atuam na Amazônia denunciam a entrada dos asiáticos

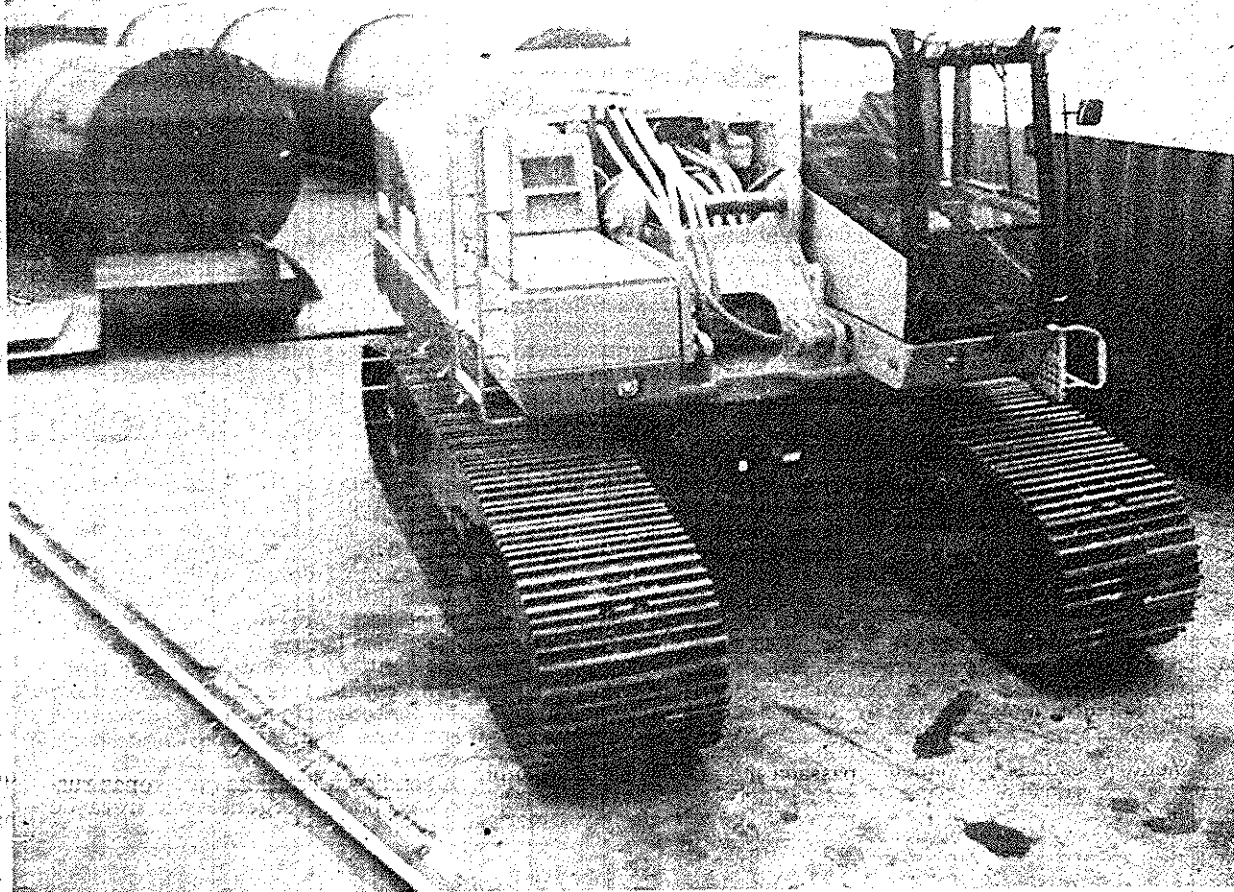
no Norte do país.

"Eles vão ter que comprovar que estão de acordo com as normas ambientais onde estiverem atuando, assim como os outros", afirmou. "O dinheiro dos asiáticos não precisa ser necessariamente ruim, só não podem reproduzir aqui a prática florestal que tiveram em outros países", completou Eduar-

do Martins.

Os Asiáticos são acusados por ambientalistas de terem promovido uma ampla devastação nas florestas da Ásia, da Papua-Guiné (Pacífico Sul), e no Suriname. A empresa malaia WTK está gerenciando o maior plano de manejo da região, 205 mil hectares, dos 300 mil que admite oficialmente ter comprado.

Euzivaldo Quelroz — 14/set/96



Trator de madeira asiática no Porto de Manaus, aguardando liberação da Receita Federal

## Preservação ambiental é reforçada

BRASÍLIA — O maior esforço multilateral de preservação ambiental, o Plano Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7), financiado pelos sete países mais desenvolvidos do mundo, pode acabar após a conclusão da primeira fase, que se dará na virada do século. O principal patrocinador do projeto, a Alemanha, responsável por 70% dos investimentos, enfrenta problemas econômicos com a reunificação do país e ameaça reduzir os recursos para financiamentos internacionais.

Em reunião com representantes do G7, Banco Mundial e Organizações Não-Governamentais (ONGs), o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, discutiram, em Bonn, Alemanha, entre os dias 9 e 11 de setembro, as reais perspectivas de continuidade do

PP-G7. O governo alemão garantiu que os US\$ 250 milhões prometidos no "compromisso de Genebra", no início dos anos 90, estão assegurados. Mas a expectativa do governo brasileiro de delinear uma segunda fase do projeto foi temporariamente frustrada, em função dos problemas que a Europa enfrenta agora com o desemprego e a recessão.

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, afirmou à AGENCIA JB que, apesar dos obstáculos, houve por parte da Comunidade Européia e das ONGs um amplo reconhecimento dos avanços que o PP-G7 deu no último ano. Dos US\$ 250 milhões prometidos, US\$ 56 milhões já foram repassados ao Brasil e há um Fundo com R\$ 173 milhões disponíveis para o projeto, sendo que este é composto não só pelos repasses do G-7, como por outras contribuições internacionais, além da própria contrapartida brasileira.

Segundo Martins, só foram gas-

tos até agora 10% do dinheiro. "Com parte dos problemas superados, começamos a dar saltos de avanço", disse o presidente do Ibama. Eduardo Martins não esconde, no entanto, a preocupação com os prazos para execução das unidades do programa que vencem em três e quatro anos. Alguns pontos do PP-G7 ainda precisam sair do papel. De acordo com o presidente do Ibama, um deles é o projeto de conservação de parques e reservas. O governo brasileiro pretende formar sete grandes corredores de conservação da biodiversidade na Amazônia e na Mata Atlântica, envolvendo áreas indígenas, reservas florestais, parques ecológicos e outras unidades de conservação. "Esta é uma estratégia diferenciada para preservar os maiores blocos possíveis, com mais variedade de conservação. Temos o conceito forte, mas o projeto ainda precisa ser melhor discutido com as partes interessadas", explicou Eduardo Martins.